



► mos absolutos, é o carro-chefe desta evolução.

É evidente que a expansão do cultivo elevou a demanda por fertilizantes no Brasil. As cinco culturas consideradas representaram em 2003 e 2004, respectivamente:

- 4/5 do consumo total de fertilizantes no País (79,4% e 79,2%), excluindo as pastagens e o reflorestamento.

- 70,0% e 70,8% do total de área plantada com as principais culturas, incluindo, entre outras: arroz, feijão, trigo, batata, fumo, laranja, banana, sorgo e tomate.

É importante verificar que o consumo total brasileiro de fertilizantes dessas cin-

co culturas (ao redor de 80%) supera relativamente as suas áreas totais plantadas no País (cerca de 70%).

Na média brasileira, pode-se determinar a demanda (consumo) relativa (kg/ha) das 5 culturas em 2004. A relação entre consumo total e área plantada em 2004 determinou um consumo médio para a soja de 385 kg/ha; para o milho, de 300 kg/ha; para a cana-de-açúcar, de 480 kg/ha;

para o café, de 560 kg/ha; e para o algodão, ocorreu o maior consumo médio, ao redor de 901 kg/ha. ■

* Professor Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP.
E-mail: emneves@esalq.usp.br.

Contratos de soja verde estão ameaçados

CHRISTIANE LELES REZENDE
DECIO ZYLBERSZTAJN
ÉERICA GORGA

N a década de 90, cresceu o uso de contratos de venda antecipada de soja para indústrias esmagadoras e *tradings*, para a obtenção de crédito. Esta operação é caracterizada como contrato de compra e venda a termo, tendo como objeto a comercialização de parte da produção de soja a ser colhida. O contrato tende a ser padronizado, sendo o preço e a quantidade determinados no momento de conclusão do mesmo, com base no preço futuro da soja. Tais contratos são conhecidos como Contratos de soja verde.

Nas safras de 2002/2003 e 2003/2004, o preço da saca de soja atingiu picos no mercado físico, diferenciando-se do preço definido no contrato de venda antecipada. Como decorrência, houve descumprimento de contratos, e conseqüentemente, o ajuizamento de ações judiciais.

O rompimento dos contratos no momento da liquidação dos mesmos e os mecanismos alternativos utilizados para a solução das disputas pós-contratuais motivaram a realização de um estudo que faz parte da pesquisa: "Contratos e Instituições nos Agronegócios", conduzida na

Brasil: estimativas de entregas de fertilizantes (mil toneladas)

Cultura	Fertilizantes (mil t)			
	2003	%	2004	%
Soja	8.616	38,6	8.838	39,7
Milho	3.964	17,8	3.731	16,7
Cana-de-açúcar	2.692	12,1	2.695	12,1
Café	1.383	6,2	1.331	6,0
Algodão	1.040	4,7	1.078	4,8
Outras	4.602	20,6	4.607	20,7
Total	22.307	100,0	22.280	100,0

Fonte: Anuário Estatístico 2004 - ANDA, abril de 2005

Brasil: área plantada pelas 5 Culturas com maior consumo de fertilizantes

Cultura	Área (milhão de hectares)			
	2003	%	2004	%
Soja	21,5	34,1	22,9	36,5
Milho	13,2	20,9	12,4	19,7
Cana-de-açúcar	5,8	9,2	5,6	8,9
Café	2,5	4,0	2,4	3,8
Algodão	1,2	1,8	1,2	1,9
Outras	19,0	30,0	18,4	29,2
Total	63,2	100,0	62,9	100,0

Fonte: LSPA/IBGE, janeiro de 2005

USP, e cujo objetivo é a elaboração de sugestões de políticas públicas e estratégias privadas para a melhoria do ambiente de negócios. A compreensão das motivações dos atores envolvidos na transação pode permitir adequar os arranjos institucionais visando ao seu aperfeiçoamento.

Os contratos de compra e venda antecipada de soja podem determinar o adiantamento de recursos, quer na forma de financiamento direto quer na forma de fornecimento de insumos agrícolas da parte compradora para a parte vendedora, ou podem apenas definir o preço e a quantidade que serão comercializados após a colheita.

Quando há adiantamento de recursos, os compradores exigem garantias reais. Em geral, esses contratos também são garantidos por emissão de Cédula de Produto Rural (CPR), que pode ter o aval do Banco do Brasil, garantindo a entrega do produto mesmo no caso de frustração de safra.

Nas safras 2002/2003 e 2003/2004, no momento da entrega do produto, o sojicultor foi incentivado a descumprir o contrato a termo para vender a soja no mercado físico por preço superior ao contratado. O Gráfico 1, contendo a série histórica

de indicadores de preços em Reais de 1997 a 2005, elaborado pelo CEPEA/ESALQ, mostra os picos, principalmente, em março de 2004 (R\$ 55,3).

Nas entrevistas realizadas com os atores, foi relatado que o número de quebras contratuais envolvendo financiamento garantido por CPR é reduzido, pois afetaria o financiamento das safras seguintes, ou seja, a preocupação do produtor de soja com a sua reputação alinha seus interesses com os do comprador e evita o problema de quebra contratual.

As quebras contratuais ocorrem, em sua maioria, nos contratos de compra e venda a termo, que visam somente fixar o preço. Nestes casos, não são exigidas garantias reais e o valor da multa estipulada para descumprimento varia. Os produtores alegam que houve alteração na condição do ambiente econômico e o contrato original deve ser revisto à luz da nova realidade. As empresas compradoras alegam que assumiram posições com outros agentes na cadeia de distribuição da soja, incorreram nos custos de pagar antecipadamente a obrigação, fornecendo crédito ao agricultor, e tiveram frustração no seu fluxo de planejamento. Qualquer que seja a interpretação, se con-

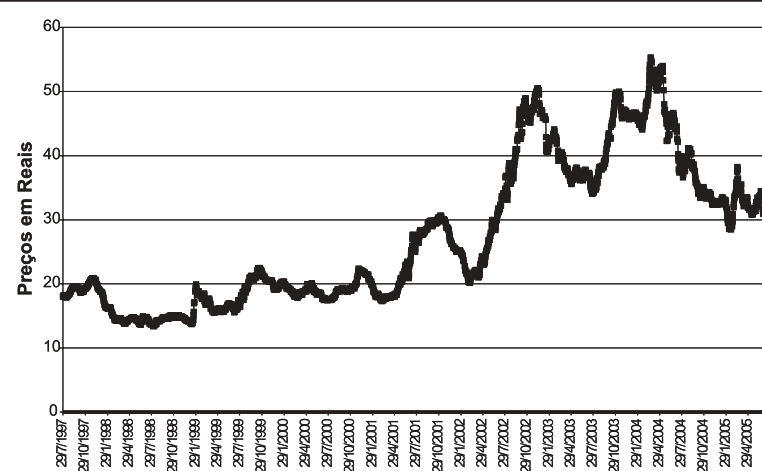
figurou um problema pós-contratual que acarretou abalos na coordenação do sistema agroindustrial da soja.

Nos casos em que houve antecipação de recurso financeiro, alguns advogados recomendaram aos produtores o não rompimento do contrato, pois acreditavam como certa a decisão da justiça em favor da empresa que forneceu financiamento, já que houve o cumprimento da obrigação com desembolso antecipado. Esta situação demonstra que quando as decisões judiciais são previsíveis há uma sinalização da justiça, o que implica na redução da demanda por ações judiciais. Foi possível perceber que o nível de garantias exigidas no contrato influenciou no cumprimento do mesmo.

Agricultores que optaram por cumprir seus contratos comentaram que o fizeram para garantir a sua reputação. Na soja, todo ano há uma nova negociação, e o produtor teme a retaliação nas negociações seguintes. Na tomada de decisão, a parte avalia se os ganhos serão menores que as sanções, jurídicas ou econômicas. As sanções jurídicas são estipuladas nos contratos na forma de multas e são passíveis de coerção judicial. As sanções econômicas não são escritas no contrato, mas têm importância, sobretudo nas próximas relações, como ocorre com o efeito na reputação.

As ações judiciais observadas versam sobre conflitos semelhantes, porém as decisões dos tribunais sobre as mesmas se mostram díspares, com diferentes decisões sobre o mesmo problema. A argumentação dos advogados em defesa dos produtores rurais se baseia na ocorrência de fatos imprevisíveis que afetaram negativamente a atividade produtiva, ele-

Série histórica de indicadores de preços em Reais de soja (saca de 60 Kg)



Fonte: CEPEA/ESALQ



vando os custos de produção. Fundamentam-se na teoria da imprevisão do código civil, na função social do contrato e ganho excessivo da empresa pela valorização da soja no mercado. Segundo os produtores, não foi possível discutir as cláusulas contratuais *ex-ante*, pois os contratos são padronizados,

o que fortalece o argumento da existência de uma parte hiposuficiente no ato da contratação.

A argumentação dos advogados em defesa das indústrias sustenta que a oscilação dos preços dos insumos, do câmbio e das condições meteorológicas é previsível. O argumento também se baseia na legitimidade do negócio e no fato de o objetivo de um contrato desta natureza consistir em evitar o efeito da oscilação de preços para as duas partes. Portanto, trata-se de argumento que focaliza o papel do contrato como redutor das incertezas do ambiente.

O princípio da função social do contrato tem sido acolhido pelos tribunais como justificativa para a resolução de contratos de compra e venda de soja. Em uma Apelação Cível, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reformou a sentença de 1ª instância de uma comarca do interior do Estado, permitindo a extinção do contrato de compra e venda de soja, segundo os motivos: "a teoria

contratual se pauta não mais pela rigidez do princípio *pacta sunt servanda*, mas, sim, pelos princípios da função social do contrato, da boa fé e do equilíbrio econômico e na aplicação das Teorias da Imprevisão e da Lesão, arcabouço legal que permite ao Judiciário rever as cláusulas do contrato para restabelecer o equilíbrio sócio-econômico do pacto". Neste caso, o Tribunal determinou que a indústria envolvida comprasse a soja pelo preço na cotação do dia no mercado de Goiás e, se não o fizesse, que ficariam extintos os contratos de compra e venda de soja, bem como ficariam sem efeito as Cédulas de Produto Rural, relativas aos contratos em questão. O ônus da sucumbência recaiu sobre a indústria.

Em outro processo, o juiz de primeira instância que decidiu pela manutenção da obrigação contratual justificou sua sentença argumentando que produtos como a soja estão sujeitos a variações de preço e o produtor opta por vender antecipadamente a produção estimada, ou parte dela, visando recuperar os custos de produção e alcançar um lucro que considera razoável. Sua decisão foi de que: "Não prospera a modificativa do preço pactuado, devendo ser prestigiada a força obrigatória dos contratos, imprescindível para alcançar a estabilidade das relações jurídicas e a paz social".

Não há consenso na jurisprudência à cerca da resolução dos contratos de compra e venda. Porém, foi observado que as indústrias/*trading*s efetuaram menos contratos de compra antecipada de soja verde no ano seguinte às quebras, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No entanto, não está

claro se existe causalidade entre a insegurança jurídica, devido às diferentes decisões dos tribunais e à menor contratação da compra antecipada de soja nas regiões em que houve conflitos, tema cuja análise ainda será aprofundada na pesquisa.

De acordo com os agentes entrevistados, o número de contratos descumpridos foi pequeno em relação ao total de contratos cumpridos. Não há consenso sobre este número, que varia entre 2 e 20%. De acordo com produtores e indústrias, a redução no volume de contratos a termo se deve às seguintes razões: a) preço baixo da saca de soja, devido ao excesso de oferta; b) o produtor espera uma possível elevação de preços durante a safra, como aconteceu em 2003 e 2004; c) ocorrência de quebra ou descumprimento de contrato nas duas últimas safras.

A forma pela qual a quebra de contratos for conduzida nos tribunais gerará impactos nas estratégias das organizações. Se as "regras do jogo" não estiverem claras para os agentes, existirá incerteza, aumentando os custos de transação nas negociações e elevando a importância das sanções econômicas. É importante notar que o Judiciário influencia o ambiente de negócios, pois as suas decisões produzem efeitos que repercutem nas ações dos agentes privados. Ao decidir pela parte hiposuficiente, o juiz gerará efeitos secundários que acarretam a diminuição dos contratos, dificultando a negociação futura. As empresas ficarão receosas de negociar, se não puderem contar com a segurança jurídica de que o contrato será cumprido. A falta de consideração dos efeitos econômicos de segunda ordem pode ser interpretada como "miopia econômica" do Judiciário. ■